



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores,
Salvador, Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de Junho de 2026

Em consonância com as regras estabelecidas nas normas vigentes, a Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A., Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2026.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes;

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

**PAULO FERNANDO
DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591**

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS: 32975120591
Dados: 2026.08.28 18:33:25
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -
Bairro Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-770

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar ciente da responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

27 de agosto de 2026

PAULO FERNANDO
DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2026.08.28 18:32:59
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), primeira fintech baiana autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020, e possui como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas, atuando com negócios de crédito pessoal e consignado, além de capital de giro, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Administração da **MULTICRED SCD**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao primeiro semestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

DESEMPENHO DO MERCADO

A estrutura do mercado financeiro foi marcada, ao longo do primeiro semestre, em movimento iniciado no final de 2025, pela intensificação das regras de capital mínimo e da fiscalização de serviços de pagamento e banking as a servisse. Novas regras forçaram diversas PSTI e pequenas Instituições Financeiras a reverem seus modelos de negócios, geraram maior seletividade e fusões ou saídas de fintechs menores.

Do ponto de vista crédito, o aumento do salário-mínimo (R\$ 1.621,00 – Decreto 12.797 de 23/12/2025), 6,8% de aumento em relação a 2025) com ganho real sobre a inflação, da renda média do brasileiro (R\$ 3.738, fonte Pnad Contínua do IBGE) e o baixo índice de desemprego, 5,3% no trimestre móvel de julho, conforme Pnad Contínua, beneficiaram o mercado de crédito que manteve ritmo de crescimento projetado pelo Bacen de 9% para o crédito total, apesar da forte inadimplência e tensões geopolíticas internas e externas. No crédito PJ, houve um aumento no número de pedidos de recuperação judicial e um ritmo de crescimento próximo a 7%aa (fonte Serasa), fruto do alto custo do crédito e margens de lucro apertadas. Já o crédito a famílias superou projeção chegando a um ritmo próximo a 10% aa (fonte Bacen e Pesquisa de Projeções Econômicas da Febraban), marcado pela migração para linhas de crédito mais baratas e estruturadas, movimento possivelmente influenciado pelas campanhas de educação financeira por conta do elevado nível de endividamento do brasileiro.

O consignado para servidores públicos, em vista da própria estabilidade do mercado, manteve-se com nível de crescimento histórico e baixa inadimplência (abaixo da média de 5% do mercado, fonte Bacen). Já o crédito consignado para o trabalhador privado manteve o acelerado ritmo de crescimento acompanhado de forte inadimplência, desta feita, não só pelos problemas tecnológicos dos RH das empresas na adaptação ao novo modelo de consignação, mas também pelo comprometimento da garantia do FGTS nas linhas de antecipação e pela alta rotatividade da mão de obra com mercado de trabalho aquecido. Em 12 meses o consignado privado cresceu mais de 140% atingindo o estoque de mais de R\$ 100 bilhões (fonte Bacen). No primeiro semestre, houve redução do ticket médio emprestado de R\$ 8.600 para R\$ 2.300 (fonte Bacen) fruto da entrada de trabalhadores de menor renda no sistema, além das ações de mitigação de risco das instituições financeiras.



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A MULTICRED SCD manteve sua estratégia de venda mensal de sua carteira de crédito que permitiu entrada de caixa para manutenção de contratação de crédito ao longo do semestre em média superior a R\$ 3,8 milhões por mês, mantendo um ágio mínimo na venda superior a 8,5%, garantindo um resultado mensal positivo, compatível com a expectativa dos acionistas, além de uma geração de caixa mensal suficiente para fazer frente às despesas mensais e manter o nível de caixa dentro dos parâmetros de aceitação de risco estabelecidos pela diretoria/acionistas.

Encerramos o primeiro semestre de 2026 com uma base de 17.468 clientes que realizaram operações 45.258 operações com a SCD. Desse número, 6.247 realizaram 9.664 operações no período, dos quais 2.549 foram clientes novos, cadastrados no semestre. Esses clientes geraram um volume de R\$ 21,7 milhões em operações de crédito, gerando um volume a receber de R\$ 36,2 milhões. Nossa inadimplência permanece extremamente controlada e baixa, na Pessoa Física, menos 0,15% do valor financiado em 2026, e na Pessoa Jurídica, menos de 1,08% do valor financiado no semestre. No geral, inadimplência inferior a 2,24% de nosso Patrimônio Líquido.

Ao longo do semestre realizamos 6 cessões de crédito, uma por mês, abrangendo 9.469 operações de crédito e totalizando o valor recebido de R\$ 23,0 milhões.

AUMENTO CAPITAL MÍNIMO – Res. Conjunta 14, 03/11/25, e Res. BCB 517, 03/11/25.

De acordo com a avaliação da Diretoria e conforme calculadora fornecida pelo Banco Central, a exigência de capital social mínimo da Multicred SCD para manter suas atividades no mercado, será de R\$ 11.600.000,00 a ser incorporado até 31/12/2027. Nosso resultado deste primeiro semestre, R\$ 1.003.600,25, que elevou nosso patrimônio líquido para R\$ 10.497.508,55, cumpriu com ampla margem o pedágio semestral previsto na regra de transição. Para atingirmos o capital mínimo previsto para iniciarmos 2028 (três semestres à frente), falta elevarmos nosso Patrimônio Líquido em R\$ 1.102.491,45, valor plenamente atingível mantido nosso nível de resultado atual.

PERSPECTIVAS

Passado o primeiro semestre, as perspectivas econômicas para o Brasil em 2026 permanecem dentro do cenário previsto ao final de 2025, indicando um ano de crescimento moderado com mercado projetando crescimento do PIB de 1,95% e o Banco Central, 2,00%, ajuste nas condições de crédito e desafios persistentes na inadimplência, influenciado por um cenário de juros ainda elevados (projeção de SELIC encerrando o ano a 13,75% ante 12,50% projetados para 2026 ao final de 2025), projeção de inflação elevada (5,02%), terminando ano acima do teto. O início das expectativas para o ciclo eleitoral e recrudescimento das tensões geopolíticas globais continuam a pressionar os indicadores.

A taxa de juros deve permanecer em patamares restritivos para conter a inflação persistente e por conta das incertezas frente às tensões geopolíticas com o mercado projetando o fechamento do ano em 13,75% (em 2025 projetava-se 12,50%). O nível elevado continua pesando sobre o crescimento do PIB, sobre o custo da dívida pública e sobre o nível de inadimplência. O país enfrenta níveis críticos de endividamento, atingindo recordes históricos. Em julho, o número de brasileiros com nome



negativado atingiu 83,9 milhões segundo o mapa de inadimplência da Serasa e cerca de 44,75% da população adulta está inadimplente.

Apesar da cautela, espera-se uma expansão moderada do estoque total de crédito. O Banco Central elevou sua estimativa de crescimento para 9,0% (Crédito Livre, projeção de 7,8%; Crédito Direcionado, 10,7%, impulsionada por programas governamentais; Crédito para as Famílias, 9,8%; Crédito PJ: 7,8%;). O mercado está mais seletivo na concessão de crédito e a maioria das instituições financeiras, segundo a Febraban, espera uma desaceleração gradual no ritmo de concessões no segundo semestre devido ao cenário de risco elevado.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o primeiro semestre deste ano, findo em 30 de junho de 2026, autorizando sua emissão em 27 de agosto de 2026.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, diretores, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade, e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

MULTICRED SCD S/A

38.593.706/0001-87

PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

REGIS:32975120591

Dados: 2026.08.28 18:32:38 -03'00"

Paulo Fernando de Oliveira Regis

Diretor Presidente

CAMILO DE

Assinado digitalmente por CAMILO DE LELLIS
PACHECO SILVEIRA:27933423515
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL

LELLIS PACHECO
SILVEIRA:279334

MULTIPLA G1, OU=14017423000129, OU=
presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CAMILO
DE LELLIS PACHECO SILVEIRA:27933423515
Razão: Pela Multicred SCD S/A como Gerente de

23515

Operações
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Camilo de Lellis Pacheco Silveira

Diretor Executivo



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 38.593.706/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025	PASSIVO	NE	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		11.195	9.988	CIRCULANTE		717	515
Disponibilidades		4	4	Outras obrigações	9	717	515
				Cobrança e arrec. de tributos		57	0
Títulos e Valores Mob. E Inst. Finan. Derivativos	5	4.116	1.908	Fiscais e previdenciárias		454	351
Carteira Própria		4.116	1.908	Diversas		206	164
Operações de crédito	6	6.229	8.066	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	10.497	9.494
Operações de crédito		6.433	8.284	Capital Social		10.497	9.494
(-)Prov. p/ Perdas Associadas ao Risco de Crédito		-204	-218	Capital		9.136	9.136
Outros créditos		846	10	Reservas de Lucros		358	358
Diversos		846	10	Lucros/Prejuízos acumulados		1.003	0
NÃO CIRCULANTE		19	21				
Operações de crédito		0	0				
Operações de crédito		0	0				
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		0	0				
Imobilizado	7	13	14				
Outras Imobilizações de Uso		108	108				
(-) Depreciações Acumuladas		-95	-94				
Intangível	8	6	7				
	11	13	13				
(-) Amortizações Acumuladas		-7	-6				
TOTAL DO ATIVO		11.214	10.009	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		11.214	10.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	NE	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.830	1.869
Operações de crédito	12	1.274	820
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	13	114	117
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12	1.442	932
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14	-51
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		14	-51
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.844	1.818
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		-1.317	-1.441
Despesas de pessoal	14	-300	-240
Outras despesas administrativas	15	-794	-822
Despesas tributárias	16	-163	-107
Outras despesas operacionais		-60	-272
RESULTADO OPERACIONAL		1.527	377
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	-4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.527	373
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	-524	-85
Provisão para imposto de renda		-367	-59
Provisão para contribuição social		-157	-26
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		1.003	288
Lucro por ação		0,0956	0,0399
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. CNPJ: 38.593.706/0001-87		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	1.003	288
Outros Resultados Abrangentes		0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.003	288
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A CNPJ: 38.593.706/0001-87					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	9.136	66	292	0	9.493
1 - Ajustes de Períodos Anteriores/4966	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	1.003	1.003
4 - Destinações:					
- Reserva Legal	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	0	0	0	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0
5 - Pagamento ou Reversão de	0	0	0	0	0
Saldos em 30 de Junho de 2026	9.136	66	292	1.003	10.497
Mutações do Exercício	0	0	0	1.003	1.003
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de dezembro 2024	7.218	51	1.145	0	8.414
1 - Ajustes Oriundos da Resolução 4966/2021	0	0	0	50	50
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0		288	288
4 - Destinações:					
- Reserva Legal	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	0	0	0	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0
5 - Pagamento ou Reversão de	0	0	-27	0	-27
Saldos em 30 de junho 2025	7.218	51	1.118	338	8.725
Mutações do Exercício	0	0	-27	338	311
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2026 — Método indireto

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	NE	30/06/2026	30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1 Lucro/Prejuízo do período		1.004	288
1.2 Ajustes por depreciação		2	13
2. Variação de ativos e obrigações		1.201	(2.309)
2.1 (Aumento) Redução dos ativos: aplicações interfinanceiras de liquidez		-	-
2.2 (Aumento) Redução dos ativos: operações de crédito		1.835	(2.261)
2.3 (Aumento) Redução dos ativos: outros créditos		(836)	(90)
2.4 Outros valores e bens		-	-
2.5 Aumento (Redução) nos passivos: outras obrigações		202	42
3. Caixa líquido das atividades operacionais		2.207	(2.008)
4. Caixa líquido das atividades de investimento		-	-
4.1 Aquisições de ativo imobilizado		-	-
5. Caixa líquido das atividades de financiamento		-	(27)
5.1 Dividendos pagos		-	(27)
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa		2.207	(2.035)
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício		1.913	6.166
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício		4.120	4.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 1º SEMESTRE DE 2026
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A., sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base, à época, na Resolução CMN nº 4.656, de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na Junta Comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN. As normas vigentes estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, na qual os valores são expressos em milhares de reais.

A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 20 de agosto de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.



d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei nº 11.638/2007, é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma pro rata die. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, e alterações posteriores.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei nº 10.637/2002 – art. 8º e Lei nº 10.833/2003 – art. 10, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei nº 9.701/1998 – art. 1º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 12%.



k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado



Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros



Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição dos Títulos e Valores Mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	30/06/2026	31/12/2025
Livres	4.116	1.908
Títulos de Renda Fixa	4.116	1.908

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo segue a composição das Operações de Crédito:

30/06/2026

31/12/2025



Operações de Crédito	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	6.433	0	6.433	8.284	0	8.284
Saldo Contratual	6.433	0	6.433	8.284	0	8.284
(-) RD - TJEO Diferenciada	0	0	0	0	0	0
(-) Receita a Apropriar	0	0	0	0	0	0
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	165	0	165	167	0	167
(-) Provisão Adicional	39	0	39	51	0	51
(-) Provisão de Perdas	204	0	204	218	0	218
Saldo Contábil Líquido	6.229	0	6.229	8.066	0	8.066
Classificação Contábil	Custo Amortizado					

a) Sendo a composição da carteira de operações de crédito a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	6.229	8.066
Empréstimos	6.229	8.066
Crédito Pessoal - Consignado	5.994	8.065
Crédito Pessoal	235	1

b) Sendo a classificação pelos estágios de risco de crédito a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	6.433	8.284



Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	6.260	8.114
Empréstimos e Direitos Creditórios	6.260	8.114
Empréstimos e Direitos Creditórios	6.260	8.114
Metodologia Simplificada – Ativos Problemáticos	173	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	173	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	173	170

c) Sendo a classificação por carteiras de crédito a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	6.433	8.284
Carteira C4	147	148
Não Problemáticos	0	0
De 0 a 14 dias de atraso	0	0
Problemáticos Inadimplidos	147	148
Inadimplido – Período igual ou maior que 21 meses	147	148
Carteira C5	6.286	8.136
Não Problemáticos	6.260	8.114
De 0 a 14 dias de atraso	6.258	7.973
De 15 a 30 dias de atraso	0	141
De 61 a 90 dias de atraso	2	0
Problemáticos Adimplidos	8	0
De 0 a 90 dias de atraso	8	0



Problemáticos Inadimplidos	18	22
Inadimplido – período menor que um mês	1	1
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7	1	0
Inadimplido – Período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	0	1
Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	0	3
Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	0	1
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	1	0
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	3	0
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	1	0
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	4	0
Inadimplido - período igual ou maior que 21 meses	7	0

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.. A composição e saldo é formada conforme os valores dispostos no quadro abaixo:

	Tx.	30/06/2026	31/12/2025
	Amort.		
Imobilizado		13	14



Mobiliário	10%	6	6
Equip. de Processamento de Dados	20%	94	94
Equipamentos de Comunicação	10%	5	5
Outros Equipamentos	10%	3	3
(-) Depreciação Acumulada		-95	-94

8. INTANGÍVEL

O Intangível da instituição é composto por Sistema de Processamento de Dados, com taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos.

	Tx. Amort.	30/06/2026	31/12/2025
Imobilizado		6	7
Sistema de Processamento de Dados	20%	13	13
(-) Amortização Acumulada		-7	-6

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2026	31/12/2025
Outras obrigações	717	515
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	57	0
Fiscais e previdenciárias	454	351
Provisão para Pagamentos a Efetuar	81	45
Credores Diversos País	125	119



10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM REAIS	EXPRESSO
--	-----------------

Capital Social

O capital social no final do 1º semestre de 2026 era de R\$ 9.136.262,00 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais), dividido em 9.136.262 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e dois) ações ordinárias, todas nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Reservas de Lucros

A instituição apresentou um total de R\$ 357.646,30 em reservas de lucros acumuladas.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

A instituição apresentou um saldo de lucros acumulados de R\$ 1.003.600,25 na apuração do resultado do 1º semestre de 2026.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (EXPRESSO EM REAIS)

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO

	30/06/2026	30/06/2025
Contas de Resultado Credoras	2.855.051,25	1.900.255,10
Contas de Resultado Devedoras	(1.327.437,67)	(1.526.934,45)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	1.527.613,58	373.320,65
(+) Adições	13.731,68	86.101,10
(-) Exclusões	(25.200,53)	(58.849,40)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	1.516.144,73	400.572,35
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	0	(116.036,82)
Lucro/prejuízo Tributário Real	524.013,33	84.535,53
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	367.036,18	59.133,88
Contribuição Social - 9% em 06/2025 e 12% em 06/2026	156.977,15	25.608,20

12. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Abaixo segue a composição das Receitas de Operações de Crédito:

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Operações de Crédito	2.716	1.752
Rendas de Empréstimos	1.274	820
Rendas Operações de Transferência de Ativos Financeiros	1.442	932

13. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição da Receita de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	114	117
Rendas de Títulos de Renda Fixa	114	117

14. DESPESA DE PESSOAL

Abaixo segue a composição das Despesas de Pessoal:

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Pessoal	300	240
Benefícios	49	30
Encargos Sociais	64	52
Proventos	187	158

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das Outras Despesas Administrativas:



	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Administrativas	794	822
Água, energia e gás	6	6
Aluguéis	48	47
Comunicações	6	5
Processamento de dados	265	236
Despesas do Sistema Financeiro	48	46
Despesas de Serviços de Terceiros	5	11
Despesas de Serviços de Técnicos Especializados	413	456
Outras Despesas Administrativas	4	15

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das Despesas Tributárias:

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributárias	163	107
Tributos e Taxas	31	20
PIS	34	12
Cofins	98	75

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos aos quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO



Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Atendendo às normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade social, ambiental e climática, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender às necessidades de “funding” da Instituição e à governança estabelecida pelo BACEN, observando, para tanto, os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende às disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

18. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5, conforme norma vigente. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado foi de 128,33%, e seu Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) no período foi de R\$ 10.491.886,81.



19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução CFC nº 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao período foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 20 de agosto de 2026.

PAULO FERNANDO
DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2026.08.28 18:31:36 -03'00'

sonadec
contabilidade
contabilidade@sonadec.com.br
(48) 3204-8100

Assinado de forma
digital por 7bbd9aaa-
e1b7-4157-
a7e5-15399e99eb8a
Dados: 2026.08.28
18:06:05 -03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2026.

MARIANE
MICHELON:0
3095262051

Assinado de forma
digital por MARIANE
MICHELON:0309526
2051

Mariane Michelin
CRC-RS 098.054/O-0
CNAI 5424

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626